



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado



Despacho

Assunto: DECISÃO OGE/LAI nº 384/2020

Número de referência: PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Segurança Pública

UNIDADE: Polícia Militar do Estado de São Paulo

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicitação de acesso a determinado boletim de ocorrência. Adequado atendimento da demanda. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 384/2020

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Militar do Estado de São Paulo, conforme consta do número SIC em epígrafe, para acesso a determinado boletim de ocorrência.
2. Em resposta e recurso, o órgão informou o local para conseguir a informação. Inconformado, o requerente interpôs o apelo cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. No caso concreto, o órgão atendeu ao pedido, justificando a impossibilidade de fornecimento das informações por e-mail e indicando o canal correto para atendimento da demanda, de acordo com o artigo 15 do Decreto nº 58.052/2012.
4. Vale recordar que o boletim de ocorrência contém informações pessoais sensíveis, que potencialmente violam a intimidade, honra, vida privada e imagem de pessoas identificadas ou identificáveis, conforme previsto no artigo 31 da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). Ademais, podem conter outras informações de caráter restrito, cujo teor é sigiloso por força de outros dispositivos legais, de acordo com o artigo 22 da mesma lei.
5. Para a exceção prevista no § 3º do artigo 31 da Lei de Acesso à Informação, não é possível a mera alegação de atendimento aos requisitos apresentados na Lei, deve a requerente comprovar que se encaixa nesta exceção para ter acesso às informações pessoais.
6. Além de que, pela sistemática da Lei de Acesso à Informação não são exigíveis dos órgãos públicos trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados, para atendimento a pedido de informação, sendo suficiente a entrega das informações detidas no formato em que se encontrem (art. 11, §6º da Lei Federal nº 12.527/2011), sendo esse o caminho devidamente percorrido pelo órgão recorrido.

Classif. documental

006.03.02.001



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Governo
Ouvidoria Geral do Estado

7. Ante o exposto, **conheço do recurso** para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento nos artigos 11, caput e §6º, e 31, §3º, da Lei nº 12.527/2011, uma vez que ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 e incisos do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 28 de dezembro de 2020.

Antonio Carlos Santa Izabel
Ouvidor Geral do Estado
Ouvidoria Geral do Estado